


**A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: DESAFIOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS**

**BASIC EDUCATION IN BRAZIL: CHALLENGES, ADVANCES AND PERSPECTIVES**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.035-075>

**Susiane Alencar da Silva Bezerra**

Especialista em Psicologia Aplicada a Educação  
Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Porteiras/CE, Brasil

E-mail: [susianealencar88@gmail.com](mailto:susianealencar88@gmail.com)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6975613642293630>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0187-6862>

**Decarla Gomes da Silva**

Especialista em Educação

Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Porteiras/CE, Brasil

E-mail: [decarlaveda@outlook.com](mailto:decarlaveda@outlook.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8175571777468083>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9064-4461>

**Maria Lusdenia Santos Silva**

Especialista em Neuropsicopedagogia

Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Porteiras/CE, Brasil

E-mail: [marialusdenia@gmail.com](mailto:marialusdenia@gmail.com)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8599838967519304>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4153-1483>

**José Cícero Cabral de Lima Júnior**

Especialista em Educação Física Escolar

Faculdades Integradas de Patos – FIP/PB, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, Brasil

E-mail: [junior\\_flag@hotmail.com](mailto:junior_flag@hotmail.com)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2336088379814738>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4354-4214>

**Wesley Breno Silva Oliveira**

Mestre em Educação Física

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria Estadual de Educação do Ceará – SEDUC, Brasil

E-mail: [wesley.ef@outlook.com](mailto:wesley.ef@outlook.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2602397940535119>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2441-3865>

**Danila Mendes dos Santos**

Especialista em Direito Penal e Criminologia  
Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil  
Vínculo Institucional: Prefeitura Municipal de Altaneira/CE, Brasil  
E-mail: danila.mendes.adv@gmail.com  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8935400514019964>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6458-8328>

**Ana Claudia Tavares de Souza**

Especialista em Gestão Escolar com Ênfase em Psicologia da Aprendizagem  
Faculdade Evangélica do Piauí - FAEPI, Brasil  
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Brejo Santo/CE, Brasil  
E-mail: aninhatavaress26@hotmail.com  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6290996870017435>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3359-0413>

**Wellton Cardoso Pereira**

Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Brasil  
Vínculo Institucional: Secretaria de Estado de Educação do Ceará – SEDUC, Brasil  
E-mail: wellton.pereira@prof.ce.gov.br  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8139338720406459>  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4371-7338>

**Maria Viviane Palmeira da Costa**

Doutoranda em Engenharia Agrícola  
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Brasil  
Vínculo Institucional: Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Brasil  
E-mail: mariavivianepalmeira15@gmail.com  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0288922605695695>  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0814-9577>

**RESUMO**

O presente estudo analisa a educação básica no Brasil a partir de uma perspectiva histórico-crítica, considerando seus avanços institucionais, limites estruturais e desafios contemporâneos. A investigação fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise de documentos normativos, buscando compreender as relações entre políticas públicas, financiamento educacional, organização curricular e condições concretas de ensino. Os resultados evidenciam que, embora tenha havido significativa ampliação do acesso escolar, persistem desigualdades que comprometem a qualidade da aprendizagem e a equidade no sistema educacional. Destacam-se, nesse cenário, as fragilidades na valorização docente, as disparidades regionais e a descontinuidade das políticas educacionais. O estudo reafirma que a consolidação de uma educação básica de qualidade exige articulação entre acesso, permanência e aprendizagem, orientada por princípios de justiça social e gestão democrática. Conclui-se que a superação desses desafios depende de ações estruturais e de um compromisso político contínuo com a educação pública.

**Palavras-chave:** Educação básica; Equidade educacional; Políticas públicas.

## ABSTRACT

This study analyzes basic education in Brazil from a historical-critical perspective, considering its institutional advances, structural limitations, and contemporary challenges. The research is based on a literature review and analysis of policy documents, aiming to understand the relationships between public policies, educational funding, curriculum organization, and actual teaching conditions. The findings indicate that, despite the significant expansion of school access, persistent inequalities still undermine learning quality and equity within the educational system. Key issues include weaknesses in teacher valorization, regional disparities, and the discontinuity of educational policies. The study emphasizes that achieving quality basic education requires the articulation of access, retention, and learning, guided by principles of social justice and democratic management. It concludes that overcoming these challenges depends on structural actions and a sustained political commitment to public education.

**Keywords:** Basic education; Educational equity; Public policies.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação básica, compreendida como etapa estruturante que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, constitui o alicerce sobre o qual se edifica não apenas a formação individual dos sujeitos, mas também o próprio projeto de sociedade que se pretende consolidar. No contexto brasileiro, essa dimensão assume contornos ainda mais complexos, uma vez que se articula a profundas desigualdades históricas, sociais e regionais que tensionam, permanentemente, a efetivação do direito à educação. A consagração desse direito na Constituição Federal de 1988 representa, nesse sentido, um marco civilizatório ao instituir a educação como direito público subjetivo e dever do Estado, estabelecendo a igualdade de condições de acesso e permanência como princípio fundante do sistema educacional (Brasil, 1988).

A despeito desse avanço jurídico, a trajetória da educação básica no Brasil evidencia um descompasso entre a normatividade legal e a materialidade das práticas escolares. A ampliação do acesso, sobretudo nas últimas décadas, não foi acompanhada, de forma proporcional, por melhorias substantivas na qualidade da aprendizagem, o que revela a persistência de um modelo educacional que, embora inclusivo em termos quantitativos, ainda apresenta limitações significativas no plano qualitativo. Conforme argumenta Gatti (2021), o desafio contemporâneo da educação brasileira desloca-se do acesso para a aprendizagem efetiva, exigindo a construção de condições pedagógicas que reconheçam a heterogeneidade dos sujeitos e promovam experiências formativas significativas.

Essa problemática insere-se em um cenário global mais amplo, no qual a educação é reconhecida como vetor estratégico para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 das Nações Unidas, ao estabelecer o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), reafirma o compromisso internacional com a promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade ao longo da vida (ONU, 2015). No entanto, a incorporação desses princípios no contexto brasileiro demanda a superação de entraves estruturais que atravessam o financiamento educacional, a formação docente e a gestão das políticas públicas.

Nesse contexto analítico, a educação básica deve ser compreendida para além de sua dimensão como política pública setorial, configurando-se como um espaço de disputas simbólicas e materiais no qual se confrontam distintos projetos de sociedade. A história educacional brasileira, conforme problematizada por Saviani (2021), revela um movimento pendular entre iniciativas de caráter elitista e esforços de democratização do ensino, sem que se tenha consolidado, de forma plena, um modelo capaz de articular qualidade e equidade. Essa leitura evidencia que a ampliação do acesso ao sistema educacional, embora represente um avanço significativo, não garante, por si só, a efetivação do direito à educação em sua integralidade. A complexidade desse cenário exige, portanto, uma interpretação crítica que permita apreender as múltiplas determinações que atravessam a realidade educacional brasileira, podendo ser sintetizada na reflexão a seguir:

A universalização do acesso à escola, embora represente uma conquista inegável, não se traduz automaticamente em democratização do conhecimento. Persistem mecanismos internos ao próprio sistema educacional que produzem exclusões simbólicas, manifestadas na baixa qualidade do ensino ofertado às camadas populares, na desvalorização do trabalho docente e na fragilidade das políticas de formação. Assim, a garantia do direito à educação exige não apenas acesso, mas condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento humano (Saviani, 2021, p. 87).

Diante desse quadro, a análise da educação básica no Brasil requer uma abordagem que articule dimensões históricas, políticas e pedagógicas, permitindo compreender os avanços conquistados, mas também os limites que ainda impedem a consolidação de uma escola pública de qualidade socialmente referenciada. Estudos recentes apontam que fatores como a precarização das condições de trabalho docente, a insuficiência de investimentos e a descontinuidade das políticas educacionais comprometem a eficácia das ações implementadas (Cunha, 2024; Costa; Silva, 2024).

Ademais, as desigualdades regionais continuam a desempenhar papel determinante na configuração dos indicadores educacionais, revelando um país marcado por múltiplas realidades. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024) evidenciam que, embora haja avanços no acesso, persistem disparidades significativas nos níveis de aprendizagem entre diferentes

regiões e grupos sociais, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais equitativas e contextualizadas.

À luz dessas considerações, o presente artigo tem como objetivo analisar criticamente a educação básica no Brasil, examinando seus processos históricos, seus avanços recentes e, sobretudo, os desafios que ainda se impõem à construção de um sistema educacional capaz de articular qualidade, equidade e inclusão. Parte-se do pressuposto de que a superação das desigualdades educacionais exige não apenas reformas pontuais, mas uma reconfiguração mais ampla das bases que sustentam a organização da escola e das políticas educacionais.

Ao mobilizar referenciais teóricos consolidados e dados empíricos recentes, este estudo busca contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico e para a formulação de estratégias que possam efetivamente transformar a educação básica em um espaço de emancipação, justiça social e produção de sentidos, alinhado às demandas contemporâneas e aos princípios democráticos que orientam a sociedade brasileira.

## **2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**

A trajetória histórica da educação básica no Brasil revela um percurso marcado por profundas assimetrias sociais e por uma construção tardia do direito à escolarização como política pública universal. Desde o período colonial, a organização do ensino esteve vinculada a interesses restritos, orientados pela lógica da catequese e pela formação das elites, sobretudo sob a condução da Companhia de Jesus. Tal configuração inicial instituiu uma tradição educacional excludente, na qual o acesso ao conhecimento formal era privilégio de poucos, consolidando desigualdades que atravessariam os séculos seguintes (Nogueira, 2018; Saviani, 2021).

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, as reformas pombalinas buscaram reorganizar o ensino sob controle estatal, inaugurando uma tentativa de secularização da educação. No entanto, a ausência de uma política educacional estruturada e a fragilidade administrativa do Estado português na colônia limitaram os impactos dessas reformas, mantendo o ensino restrito e desarticulado (Romanelli, 2014). Durante o Império, apesar da criação das primeiras legislações educacionais, como a Lei de 15 de outubro de 1827, que instituiu as escolas de primeiras letras, a escolarização permaneceu incipiente e marcada por desigualdades regionais e sociais.

A transição para o período republicano trouxe consigo a ampliação do debate sobre a necessidade de universalização da educação, especialmente a partir das reformas inspiradas nos ideais do movimento escolanovista nas décadas de 1920 e 1930. A Constituição de 1934 representou um avanço significativo ao reconhecer a educação como direito de todos e dever do Estado, além de prever a vinculação de recursos

para sua manutenção (Brasil, 1934). Ainda assim, como observa Saviani (2021), tais avanços não se traduziram, naquele momento, em um sistema educacional efetivamente democrático, permanecendo restritos a iniciativas fragmentadas.

O processo de institucionalização da educação básica ganha maior densidade a partir da segunda metade do século XX, especialmente com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 4.024/1961), que buscou organizar o sistema de ensino em âmbito nacional. Entretanto, a concepção de educação presente nesse período ainda refletia uma lógica seletiva, orientada para a formação de uma elite intelectual e para a adequação de parcelas da população ao mercado de trabalho (Libâneo, 2012).

A reforma educacional de 1971 (Lei nº 5.692/1971) introduziu mudanças estruturais, como a obrigatoriedade do ensino de 1º grau e a profissionalização do ensino de 2º grau. Contudo, tais medidas foram implementadas em um contexto autoritário, marcado pela centralização das decisões e pela ausência de participação social, o que comprometeu a qualidade e a equidade do ensino ofertado (Romanelli, 2014). A expansão do acesso, nesse período, ocorreu sem o devido investimento em infraestrutura e formação docente, resultando em um sistema educacional ampliado, porém fragilizado em seus fundamentos pedagógicos.

A Constituição Federal de 1988 inaugura um novo paradigma ao estabelecer a educação como direito social fundamental e ao atribuir ao Estado a responsabilidade de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a qualidade do ensino (Brasil, 1988). Esse marco jurídico foi decisivo para a consolidação de políticas educacionais voltadas à democratização da educação básica, sendo posteriormente regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, que reafirma princípios como a gestão democrática, a valorização dos profissionais da educação e a garantia de padrões mínimos de qualidade (Brasil, 1996).

A partir da década de 1990, intensifica-se, no Brasil, um movimento mais estruturado de expansão da educação básica, fortemente impulsionado por políticas de financiamento que buscaram reorganizar a distribuição de recursos e ampliar a capacidade de atendimento das redes de ensino. Nesse contexto, destacam-se a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e, posteriormente, sua substituição pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), os quais desempenharam papel central na indução de políticas educacionais voltadas à ampliação do acesso e à redução das desigualdades regionais. Embora tais mecanismos tenham contribuído para a expansão das matrículas e para uma distribuição mais equitativa dos recursos, estudos apontam que ainda persistem assimetrias significativas no financiamento educacional entre diferentes regiões e sistemas de ensino (Oliveira; Araújo, 2023; Cunha, 2024). Esse processo pode ser compreendido, em sua complexidade, a partir da seguinte reflexão:

A democratização da educação básica no Brasil deve ser compreendida como um movimento contraditório, no qual a ampliação do acesso convive com a permanência de desigualdades estruturais. A expansão quantitativa do sistema não foi acompanhada, na mesma proporção, por investimentos capazes de assegurar qualidade, o que resulta em um modelo educacional que, embora mais inclusivo em termos formais, ainda reproduz mecanismos de exclusão social no interior da escola (Saviani, 2021, p. 142).

Nas últimas décadas, a implementação de políticas como o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) buscou estabelecer metas e diretrizes para a melhoria da qualidade da educação básica. Tais iniciativas refletem o esforço do Estado brasileiro em alinhar-se a compromissos internacionais, como a Agenda 2030, que enfatiza a necessidade de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade (ONU, 2015). Entretanto, como argumenta Dourado (2022), a efetividade dessas políticas depende da articulação entre financiamento adequado, gestão eficiente e valorização dos profissionais da educação.

Nesse contexto, a história da educação básica no Brasil não pode ser compreendida apenas como uma sucessão de marcos legais, mas como um campo de disputas em torno de projetos educacionais e societários. As transformações ocorridas ao longo do tempo evidenciam avanços importantes, mas também revelam a persistência de desafios estruturais que demandam respostas complexas e sustentadas.

Assim, a análise histórica da educação básica permite compreender que os problemas contemporâneos não são fenômenos isolados, mas resultam de processos históricos que moldaram a organização do sistema educacional brasileiro. Reconhecer essa historicidade é condição essencial para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para a construção de uma educação que, de fato, promova equidade, qualidade e justiça social.

### **3 AVANÇOS RECENTES**

Nas últimas décadas, a educação básica brasileira tem experimentado transformações relevantes, especialmente no que se refere à ampliação do acesso e à consolidação de políticas públicas voltadas à democratização do ensino. Esse movimento, embora marcado por contradições, evidencia um esforço progressivo do Estado em universalizar a escolarização obrigatória e em estruturar mecanismos institucionais capazes de sustentar o funcionamento do sistema educacional em escala nacional. Dados recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024) indicam que a taxa de matrícula no ensino fundamental alcança níveis próximos à universalização, o que representa uma conquista significativa em um país historicamente marcado pela exclusão educacional.

A ampliação da obrigatoriedade escolar, formalizada pela Emenda Constitucional nº 59/2009, constitui um dos marcos mais expressivos desse processo, ao estender o direito à educação para a faixa etária dos 4 aos 17 anos. Tal medida não apenas ampliou o alcance das políticas educacionais, mas também

redefiniu as responsabilidades dos entes federativos, exigindo maior articulação entre União, estados e municípios. Conforme observa Dourado (2017), a expansão da obrigatoriedade escolar representa um avanço normativo relevante, mas sua efetividade depende da capacidade do Estado em assegurar condições materiais e pedagógicas adequadas à permanência dos estudantes na escola.

Paralelamente, políticas de financiamento educacional desempenharam papel central na sustentação desses avanços. A consolidação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), especialmente após sua reformulação em caráter permanente em 2020, ampliou a capacidade redistributiva do financiamento educacional, contribuindo para a redução de desigualdades regionais e para a melhoria das condições de oferta do ensino (Cunha, 2024; Pinto, 2021). Ainda que persistam desafios relacionados à suficiência de recursos, o FUNDEB tem sido reconhecido como instrumento fundamental para a garantia do direito à educação básica no país.

No âmbito das políticas pedagógicas, a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ocorrida entre 2017 e 2018, configura-se como um marco relevante na tentativa de instituir referenciais nacionais para a aprendizagem, orientando a organização curricular das redes de ensino em todo o país. Ainda que sua elaboração e implementação tenham sido objeto de críticas no campo educacional, a BNCC introduz a noção de direitos de aprendizagem como eixo estruturante do currículo, buscando assegurar a todos os estudantes uma formação básica comum, pautada em competências e habilidades essenciais (Dourado, 2022; Barbosa, 2023). Essa iniciativa alinha-se a tendências internacionais que defendem a necessidade de construção de currículos orientados para o desenvolvimento integral dos sujeitos, em consonância com as demandas da sociedade contemporânea. Tal conjunto de avanços pode ser compreendido, em sua complexidade, a partir da seguinte reflexão:

A ampliação do acesso à educação básica no Brasil, aliada à implementação de políticas de financiamento e à definição de parâmetros curriculares nacionais, evidencia um movimento de consolidação do direito à educação. No entanto, tais avanços não podem ser compreendidos de forma isolada, uma vez que sua efetividade depende da articulação entre diferentes dimensões do sistema educacional, incluindo a formação docente, a gestão escolar e as condições materiais de ensino. A democratização da educação exige, portanto, mais do que acesso: requer qualidade socialmente referenciada (Dourado, 2017, p. 45).

Outro aspecto relevante diz respeito às políticas de permanência escolar, que buscam enfrentar fatores historicamente associados à evasão e ao abandono. Programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) têm contribuído para a melhoria das condições de frequência dos estudantes, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (Brasil, 2022). Tais iniciativas evidenciam a compreensão de que a garantia do direito à educação envolve não apenas o acesso formal, mas também a criação de condições concretas para a permanência e o sucesso escolar.

Além disso, a expansão dos sistemas de avaliação em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), introduziu novos instrumentos de monitoramento da qualidade educacional. Esses mecanismos permitem a produção de diagnósticos mais precisos sobre o desempenho dos estudantes e o funcionamento das redes de ensino, contribuindo para a formulação de políticas baseadas em evidências (INEP, 2024). Contudo, como alertam Freitas (2023) e Oliveira (2020), o uso desses indicadores deve ser problematizado, evitando sua redução a métricas meramente quantitativas que desconsiderem a complexidade dos processos educativos.

No plano da inclusão, também se observam avanços significativos, com o aumento das matrículas de estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns. Esse movimento reflete a incorporação de princípios inclusivos nas políticas educacionais, ainda que sua implementação enfrente desafios relacionados à formação docente e à disponibilidade de recursos pedagógicos (Glat; Pletsch, 2011).

Apesar desses progressos, a análise dos avanços recentes da educação básica no Brasil revela que a expansão do sistema educacional ocorreu de maneira desigual e, em muitos casos, dissociada de melhorias substantivas na qualidade da aprendizagem. Estudos apontam que persistem disparidades significativas entre regiões, redes de ensino e grupos sociais, evidenciando que a universalização do acesso não se traduziu, automaticamente, em equidade educacional (Oliveira; Araújo, 2023).

Dessa forma, os avanços alcançados devem ser compreendidos como parte de um processo em construção, no qual conquistas importantes coexistem com desafios estruturais ainda não superados. A consolidação de uma educação básica de qualidade no Brasil exige a continuidade e o aprimoramento das políticas públicas, bem como a construção de uma cultura educacional comprometida com a equidade, a inclusão e a valorização do conhecimento.

#### **4 DESAFIOS PERSISTENTES**

A despeito dos avanços observados nas últimas décadas, a educação básica no Brasil ainda se encontra atravessada por desafios estruturais que comprometem a efetivação do direito à aprendizagem em sua plenitude. A universalização do acesso, embora represente uma conquista inegável, não foi acompanhada por uma transformação qualitativa capaz de assegurar níveis satisfatórios de desenvolvimento educacional para todos os estudantes. Tal dissociação evidencia que a ampliação das matrículas, por si só, não é suficiente para garantir equidade, exigindo a análise das condições concretas em que se realiza o processo educativo.

Entre os problemas mais recorrentes, destaca-se o baixo desempenho dos estudantes nas avaliações nacionais. Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) indicam que uma parcela significativa dos alunos conclui o ensino fundamental sem alcançar níveis adequados de proficiência em

leitura e matemática (INEP, 2024). Esse cenário revela fragilidades no processo de ensino-aprendizagem, que se relacionam tanto a fatores pedagógicos quanto a determinantes sociais mais amplos. Conforme argumenta Soares (2020), a qualidade da educação não pode ser dissociada das condições socioeconômicas dos estudantes, uma vez que desigualdades sociais tendem a reproduzir-se no interior da escola.

Outro aspecto central diz respeito à valorização e às condições de trabalho dos profissionais da educação. A docência no Brasil ainda é marcada por baixos salários, jornadas extenuantes e limitada oferta de formação continuada de qualidade. Estudos de Gatti e Barreto (2021) demonstram que tais condições impactam diretamente a atratividade da carreira docente e a permanência de profissionais qualificados na educação básica. Além disso, a fragmentação das políticas de formação dificulta a construção de práticas pedagógicas consistentes e alinhadas às demandas contemporâneas.

A problemática da evasão escolar, especialmente no ensino médio, também se configura como um dos desafios mais complexos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) apontam que uma parcela significativa dos jovens entre 15 e 17 anos permanece fora da escola, evidenciando a incapacidade do sistema educacional em responder às necessidades e expectativas dessa faixa etária. As causas desse fenômeno são multifatoriais, envolvendo desde questões econômicas até a inadequação do currículo escolar às realidades juvenis. Como observa Krawczyk (2014), o ensino médio brasileiro ainda carece de identidade, oscilando entre a formação geral e a preparação para o mercado de trabalho, sem conseguir atender plenamente a nenhuma dessas finalidades.

A desigualdade regional configura-se como um dos elementos estruturantes dos desafios educacionais no Brasil, expressando-se nas significativas disparidades existentes entre as redes de ensino das diferentes regiões do país. Tais assimetrias refletem a histórica concentração de recursos, oportunidades e investimentos, incidindo diretamente sobre os indicadores de qualidade educacional. Evidências recentes apontam que estudantes inseridos em contextos mais vulneráveis tendem a apresentar maiores dificuldades de aprendizagem, o que reforça a necessidade de implementação de políticas públicas de caráter redistributivo, capazes de mitigar essas desigualdades e promover maior equidade no sistema educacional (Oliveira; Araújo, 2023; Cunha, 2024). Essa realidade pode ser analisada, em sua complexidade, à luz da seguinte reflexão:

A persistência das desigualdades educacionais no Brasil não é um fenômeno circunstancial, mas estrutural, enraizado em um modelo de desenvolvimento que historicamente concentrou renda, oportunidades e acesso ao conhecimento. Nesse contexto, a escola pública, ao mesmo tempo em que se configura como espaço de inclusão, também reproduz, em muitos casos, as desigualdades que marcam a sociedade. Superar esse quadro exige políticas educacionais articuladas a políticas sociais mais amplas, capazes de enfrentar as múltiplas dimensões da exclusão (Soares, 2020, p. 63).

No campo da gestão educacional, observa-se a persistência de fragilidades relacionadas ao planejamento, à continuidade e à articulação das políticas públicas. A descontinuidade administrativa, frequentemente associada a mudanças de governo, compromete a implementação de programas de longo prazo e dificulta a consolidação de estratégias estruturantes para a educação básica. Conforme destacam Costa e Silva (2024), a ausência de integração entre os diferentes níveis de governo fragiliza a governança educacional, resultando em ações fragmentadas e de baixo impacto.

Adicionalmente, a incorporação das tecnologias digitais ao processo educativo, embora necessária, tem evidenciado novas formas de desigualdade. A pandemia de Covid-19 revelou a precariedade do acesso a recursos tecnológicos por parte de estudantes e professores, ampliando as distâncias entre aqueles que dispõem de condições adequadas e aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade (Santos, 2023). Tal cenário evidencia que a inclusão digital deve ser tratada como componente essencial das políticas educacionais contemporâneas.

Outro desafio relevante refere-se à construção de práticas pedagógicas que considerem a diversidade dos estudantes. A permanência de metodologias homogêneas e pouco sensíveis às diferenças culturais, sociais e cognitivas dos alunos limita o potencial inclusivo da escola e contribui para a reprodução de desigualdades no interior do sistema educacional. Nesse sentido, como argumenta Libâneo (2012), a qualidade do ensino está intrinsecamente relacionada à capacidade da escola de articular conteúdos, métodos e contextos de forma significativa para os estudantes.

Diante desse conjunto de desafios, torna-se evidente que a superação das limitações da educação básica no Brasil exige uma abordagem sistêmica, capaz de integrar políticas de financiamento, formação docente, gestão educacional e inovação pedagógica. Mais do que identificar problemas, é necessário construir respostas que considerem a complexidade do fenômeno educacional e que estejam orientadas por princípios de equidade, justiça social e compromisso com o desenvolvimento humano.

Assim, os desafios persistentes da educação básica não devem ser compreendidos como obstáculos isolados, mas como expressões de uma estrutura social que demanda transformação. A construção de uma educação de qualidade, nesse contexto, implica não apenas reformas institucionais, mas uma reconfiguração mais ampla das prioridades sociais, na qual a educação ocupe lugar central como direito fundamental e como condição para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

## **5 PERSPECTIVAS E PROPOSTAS PARA O FUTURO**

A reflexão acerca do futuro da educação básica no Brasil impõe a necessidade de superar abordagens fragmentadas e de curto alcance, reconhecendo que os desafios educacionais contemporâneos são expressão de processos históricos complexos e interdependentes. Nesse sentido, a construção de perspectivas

consistentes exige a articulação entre políticas públicas estruturantes, práticas pedagógicas inovadoras e um compromisso ético-político com a equidade e a justiça social. Não se trata, portanto, de propor soluções imediatistas, mas de delinear caminhos sustentáveis capazes de transformar, de maneira profunda, a realidade educacional brasileira.

Entre as dimensões centrais para a consolidação de uma educação básica de qualidade, sobressai a valorização do magistério como eixo estruturante do processo educativo. A produção acadêmica na área tem reiterado que avanços significativos nos sistemas de ensino estão diretamente condicionados a investimentos consistentes na formação inicial e continuada dos professores, aliados à garantia de condições dignas de trabalho. Nessa perspectiva, a profissionalização docente deve ser compreendida como um processo contínuo, indissociável da prática pedagógica e das demandas concretas do cotidiano escolar, conforme destaca Nóvoa (2022). A centralidade da formação docente pode ser compreendida, de forma sintética, na seguinte reflexão:

A qualidade da educação está intrinsecamente ligada à qualidade dos professores. Investir na formação docente não significa apenas ampliar conteúdos ou técnicas, mas construir uma identidade profissional reflexiva, capaz de compreender a complexidade do ato educativo e de responder, de forma crítica e criativa, aos desafios do cotidiano escolar. Sem professores valorizados, não há transformação educacional possível (Nóvoa, 2022, p. 18).

Paralelamente, a reorganização curricular constitui uma dimensão estratégica para o avanço da educação básica. A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trouxe à tona a necessidade de repensar os currículos escolares a partir de competências e habilidades essenciais, mas sua efetivação exige a contextualização das propostas às realidades locais. Conforme argumenta Dourado (2022), a padronização curricular não pode ignorar as diversidades regionais e culturais, sob pena de reproduzir desigualdades no interior do sistema educacional.

Nesse contexto, a flexibilização curricular e a adoção de metodologias ativas de aprendizagem emergem como possibilidades promissoras para tornar o ensino mais significativo e alinhado às demandas contemporâneas. Estratégias que valorizem o protagonismo discente, a interdisciplinaridade e a problematização da realidade tendem a contribuir para o desenvolvimento de competências críticas e para a formação integral dos estudantes (Moran, 2018).

Outra dimensão fundamental refere-se ao fortalecimento da gestão democrática da educação. Prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a gestão democrática constitui um princípio orientador para a construção de escolas mais participativas, nas quais diferentes atores — gestores, professores, estudantes, famílias e comunidade — possam contribuir para a definição dos rumos institucionais. Como destacam Paro (2015) e Libâneo (2012), a democratização da gestão escolar não

apenas amplia a participação social, mas também fortalece a legitimidade das decisões e a qualidade das práticas educativas.

No campo do financiamento, a consolidação do FUNDEB como política permanente representa um avanço significativo, mas ainda insuficiente diante das demandas existentes. Estudos indicam que o investimento por aluno no Brasil permanece abaixo de países com níveis semelhantes de desenvolvimento, o que compromete a capacidade do sistema educacional de garantir padrões adequados de qualidade (Cunha, 2024). Assim, torna-se imprescindível ampliar os recursos destinados à educação e assegurar sua aplicação eficiente e transparente.

A incorporação das tecnologias digitais ao processo educativo configura-se, igualmente, como um dos grandes desafios e oportunidades para o futuro da educação básica. A pandemia de Covid-19 evidenciou tanto o potencial das tecnologias para ampliar o acesso ao conhecimento quanto as desigualdades existentes no acesso a esses recursos (Santos, 2023). Nesse sentido, a construção de uma educação digital inclusiva exige investimentos em infraestrutura, formação docente e desenvolvimento de práticas pedagógicas que integrem criticamente as tecnologias ao ensino.

Ademais, a promoção da equidade deve ocupar posição central na formulação das políticas educacionais futuras, exigindo o reconhecimento de que distintos grupos sociais partem de condições historicamente desiguais. Tal constatação implica a adoção de estratégias diferenciadas que não apenas assegurem igualdade de oportunidades, mas que também enfrentem, de maneira efetiva, as desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional. Nessa perspectiva, a equidade educacional não se reduz à igualdade formal de acesso, mas demanda políticas redistributivas e ações afirmativas capazes de corrigir distorções históricas, conforme argumentam Oliveira e Araújo (2023). A complexidade dessas demandas pode ser compreendida, de forma sintética, na seguinte perspectiva:

A construção de uma educação básica de qualidade no Brasil exige a articulação entre políticas de acesso, permanência e aprendizagem, orientadas por princípios de equidade e justiça social. Não se trata apenas de ampliar o sistema educacional, mas de transformá-lo em sua essência, garantindo que todos os estudantes tenham condições reais de aprender, desenvolver-se e participar da vida social de forma plena (Oliveira; Araújo, 2023, p. 115).

Por fim, é fundamental compreender que a educação básica deve ser pensada como projeto de nação, e não como política circunstancial. A descontinuidade das políticas educacionais, frequentemente associada a mudanças de governo, compromete a eficácia das ações e impede a consolidação de avanços estruturais. Como ressalta Freitas (2023), a construção de um sistema educacional sólido requer estabilidade, planejamento de longo prazo e compromisso político com a educação pública.

Diante desse cenário, as perspectivas para o futuro da educação básica no Brasil apontam para a necessidade de um esforço coletivo e articulado, que envolva diferentes esferas de governo, instituições educacionais e a sociedade civil. A transformação da educação não se dará por meio de soluções isoladas, mas por meio de um conjunto integrado de ações que reconheçam a centralidade da educação na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a educação básica no Brasil se constitui como um campo atravessado por avanços significativos, mas também por persistentes contradições estruturais que limitam a efetivação do direito à aprendizagem com qualidade e equidade. Ao retomar o objetivo central deste trabalho — examinar as transformações históricas, os avanços recentes e os desafios ainda presentes na educação básica brasileira —, evidencia-se que a trajetória do sistema educacional tem sido marcada por um processo de ampliação do acesso que não se traduziu, de forma proporcional, em melhoria consistente dos resultados educacionais.

Os resultados discutidos indicam que políticas públicas voltadas à universalização do ensino, ao financiamento educacional e à organização curricular contribuíram para a consolidação de um sistema mais abrangente e institucionalmente estruturado. Entretanto, tais avanços coexistem com fragilidades que se expressam na baixa qualidade da aprendizagem, nas desigualdades regionais e na dificuldade de permanência dos estudantes na escola, especialmente nas etapas finais da educação básica. Essa constatação reafirma a hipótese implícita que orientou o estudo: a de que a democratização do acesso, embora necessária, não é suficiente para garantir uma educação de qualidade, sendo imprescindível a articulação entre acesso, permanência e aprendizagem.

A investigação também evidenciou que a persistência desses desafios está diretamente relacionada a fatores estruturais, como a insuficiência de investimentos, a desvalorização da carreira docente e a descontinuidade das políticas educacionais. Nesse sentido, a educação básica brasileira ainda se encontra em um estágio de transição, no qual coexistem iniciativas inovadoras e práticas tradicionais que dificultam a consolidação de um modelo educacional mais equitativo e inclusivo. A superação desse quadro demanda não apenas ajustes pontuais, mas uma reconfiguração mais profunda das bases que sustentam o sistema educacional.

Do ponto de vista das contribuições, este estudo reforça a necessidade de compreender a educação básica como eixo estratégico para o desenvolvimento social, econômico e democrático do país. Ao articular diferentes dimensões — histórica, política e pedagógica —, o trabalho evidencia que a qualidade da educação não pode ser analisada de forma isolada, mas deve ser compreendida em sua relação com as condições sociais mais amplas que influenciam o processo educativo. Tal perspectiva contribui para o

aprofundamento do debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas mais consistentes e contextualizadas.

Adicionalmente, a análise aponta que o fortalecimento da educação básica requer a valorização do magistério, o aprimoramento da gestão educacional, a ampliação do financiamento público e a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis à diversidade dos estudantes. Essas dimensões, quando articuladas, têm potencial para promover uma educação mais justa, capaz de reduzir desigualdades e ampliar oportunidades.

Por fim, considerando a complexidade do cenário educacional brasileiro, torna-se imprescindível avançar em investigações que aprofundem a compreensão das relações entre políticas públicas, práticas escolares e resultados de aprendizagem. Estudos futuros podem explorar, de maneira mais detalhada, os impactos de políticas específicas em diferentes contextos regionais, bem como analisar estratégias pedagógicas inovadoras que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino.

Dessa forma, conclui-se que a construção de uma educação básica de qualidade no Brasil não se configura como tarefa imediata ou isolada, mas como um processo contínuo que exige compromisso político, investimento social e reflexão crítica permanente. Somente a partir dessa perspectiva será possível transformar a escola em um espaço efetivamente democrático, capaz de garantir não apenas o acesso, mas o pleno desenvolvimento dos sujeitos em sua integralidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 nov. 2009.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 27 dez. 1961.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília, DF: MEC, 2014.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico**. Brasília, DF: INEP, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **SAEB 2023: resultados**. Brasília, DF: INEP, 2024.

KRAWCZYK, Nora. **Ensino médio: empresários dão as cartas na escola pública**. São Paulo: Educ, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MORAN, José. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 1-25.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O novo Fundeb e o direito à educação básica com qualidade**. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 15, n. 31, p. 13-30, 2021.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.